

Processo coletivo em rede

*Natália Chernicharo
Guimarães*



*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editores

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Bárbara Rodrigues

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2023, D'Plácido Editora.

Copyright © 2023, Natália Chernicharo Guimarães.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP – CEP 01311-940

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM:EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

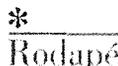
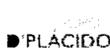
G963 Guimarães, Natália Chernicharo
Processo coletivo em rede / Natália Chernicharo Guimarães.
– 1. ed. – Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2023.
460p.

ISBN 978-65-5589-655-8

1. Direito 2. Direito civil 3. Direito processual coletivo I.
Título.

CDDir: 342.1

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



Sumário

LISTAS	15
PREFÁCIO 1	19
PREFÁCIO 2	23
1. INTRODUÇÃO	29
2. FUNDAMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA A COMPREENSÃO DO CENÁRIO	33
2.1 Antecedentes históricos da democracia e a crise da democracia representativa	33
2.2 A remodelação da cidadania e da participação como requisitos indispensáveis à exequibilidade da democracia ativa	41
2.3 Neoliberalismo: o poderoso inimigo	51
2.4 Giro linguístico digital: perigo ou fortalecimento da democracia?	69
2.5 Capitalismo de vigilância e psicopolítica como ameaças reais à extinção da democracia	78
3. O PROCESSO COLETIVO NO MODELO REPRESENTATIVO	91
3.1 Surgimento e consolidação das “class actions” norte-americanas	93

3.2 O modelo representativo das “class actions” norte-americanas e os problemas correlatos.....	103
3.3 O modelo representativo italiano.....	128
3.4 A Influência dos modelos representativos norte-americano e italiano no modelo representativo brasileiro.....	149
3.5 Tendência atual de restrição da utilização das “class actions” norte-americanas	170
3.5.1 A questão política subjacente à restrição da utilização das <i>class actions</i> norte-americanas.....	173
3.5.2 Casos emblemáticos no judiciário norte-americano que demonstram a existência da restrição às “class actions”	180
3.5.3 Os movimentos realizados pelo Congresso norte-americano para a efetivação da restrição	186
3.5.4 Como a utilização da arbitragem no âmbito de conflitos que envolvem direitos coletivos (“lato sensu”) reforça a restrição.....	191
3.5.5 A não utilização do potencial da internet para o aperfeiçoamento da “class action” norte-americana.....	196
4. O CASO CONCRETO DA BACIA DO PARAPEBA	209
4.1 Contextualização da tragédia.....	210
4.2 Implementação das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs).....	212
4.3 A presença de muitos intermediários para possibilitar a participação das pessoas atingidas.....	220
4.4 O acordo judicial celebrado e a confirmação da farsa da participação das pessoas atingidas.....	222
4.5 Implementação do acordo judicial	233
4.6 O curioso momento de apresentação de projetos de reforma para a Lei da Ação Civil Pública	241
4.6.1 Projeto de Lei n. 4.441/20.....	256
4.6.2 Projeto de Lei n. 4.778/20.....	261
4.6.3 Projeto de Lei n. 1.641/21.....	267
5. O PROCESSO COLETIVO NO MODELO PARTICIPATIVO COMO FORMA DE DESENCRIPTAÇÃO DO PODER	277

5.1 A colonialidade e suas constantes formas de renovação.....	277
5.2 O movimento decolonial e a necessidade de sua adoção no âmbito do processo coletivo.....	292
5.3 A Teoria da Descrição do Poder.....	306
5.4 Teoria das Ações Coletivas como Ações temáticas e a descrição do poder no processo coletivo.....	317
5.5 Legitimação para agir no processo coletivo reestruturada na perspectiva decolonial.....	322
6. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO NO MODELO PARTICIPATIVO.....	333
6.1 O processo coletivo em rede.....	333
6.1.1 A configuração da rede.....	334
6.1.1.1 Ainda sobre alguns aspectos da participação.....	344
6.1.2 Os perigos da tecnologia como nova forma de colonialidade.....	354
6.1.3 A participação no processo coletivo em rede e a necessidade da presença da Assessoria Técnica Independente (ATI).....	360
6.2 Descrição do site idealizado na perspectiva da Ação Temática.....	368
6.3 Modelo do site na perspectiva do processo coletivo em rede.....	377
6.4 Campo de utilização da inteligência artificial no modelo participativo do processo coletivo em rede.....	386
6.4.1 Inteligência artificial: conceitos estruturantes.....	388
6.4.2 Principais formas de utilização da tecnologia e da inteligência artificial pelo Direito na atualidade.....	395
6.4.3 Principais problemas e perigos na utilização da inteligência artificial.....	406
6.4.4 Proposta para a utilização da inteligência artificial no modelo participativo do processo coletivo em rede.....	415
CONCLUSÃO.....	423
REFERÊNCIAS.....	427